

## MERCADO DE TRABALHO

# Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano

## Sumário

Apesar da melhora dos indicadores iniciada no segundo semestre de 2020, o mercado de trabalho brasileiro segue deteriorado. De fato, mesmo diante da expansão do contingente de ocupados – que avançou de 80,3 milhões para 86,1 milhões, entre julho de 2020 e janeiro de 2021<sup>1</sup> –, a taxa de desocupação ficou em 14,1%, em janeiro, mantendo-se em patamar elevado. Ressalta-se ainda que, apesar de alta, a taxa de desocupação vem se beneficiando da forte contração da força de trabalho, que recuou 5,4% no último trimestre móvel encerrado em janeiro, na comparação anual. Com efeito, partindo-se da hipótese de que a força de trabalho, no último trimestre móvel, já tivesse retomado o seu ritmo de crescimento anual para níveis similares aos registrados nos meses anteriores à pandemia (1,1%), a taxa de desocupação apurada em janeiro seria de 19,8%. De maneira análoga, o crescimento da subocupação e do desalento corrobora esse cenário desfavorável. No último trimestre móvel, quase 6 milhões de pessoas em idade de trabalhar estavam fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento, repercutindo os efeitos da crise, que gerou um aumento tanto do fluxo de saída de desempregados em direção à inatividade quanto do fluxo de indivíduos que saíram diretamente da condição de ocupados para a de inativos, sem nem passar pela desocupação.

De maneira geral, assim como o esperado, o impacto da pandemia tem sido mais prejudicial para os indivíduos mais jovens e os menos escolarizados. No quarto trimestre de 2020, mesmo diante de uma retração de 10,6% da sua força de trabalho, a taxa de desocupação dos trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos atingiu 29,8%, o que significa que há quase 4,1 milhões de jovens à procura de um emprego. Já o corte por escolaridade mostra que a crise acentuou ainda mais a desocupação entre os trabalhadores com ensino médio incompleto, cuja taxa aumentou de 18,5% para 23,7% entre o quarto trimestre de 2019 e o mesmo período de 2020. Em contrapartida, chama a atenção o fato de que a ocupação dos trabalhadores com ensino superior continua se expandindo, apesar da crise. No quarto trimestre de 2020, o contingente de ocupados com maior escolaridade registrou alta de 4,7% na comparação com 2019, o que, no entanto, não foi suficiente para absorver o aumento de 6,9% da força de trabalho desse segmento.

Em relação às perspectivas para o mercado de trabalho, mesmo com a esperada aceleração da atividade econômica no segundo semestre, as vagas geradas não devem ser suficientes para abarcar não apenas os desocupados, mas também os trabalhadores que devem sair da inatividade – em busca de uma nova colocação no mercado

**Maria Andréia Parente Lameiras**

Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

[maria-andreia.lameira@ipea.gov.br](mailto:maria-andreia.lameira@ipea.gov.br)

Divulgado em 14 de abril de 2021.

1. Dados dessazonalizados. Estimativas mensais não oficiais baseadas na PNAD Contínua/IBGE feitas a partir da metodologia desenvolvida por HECKSHER, M. (2020) e disponíveis no apêndice.

– com o fim do auxílio emergencial. Dessa forma, a taxa de desocupação deverá seguir elevada, principalmente nos segmentos mais vulneráveis, ou seja, entre os jovens e os menos escolarizados, cuja probabilidade de transitar da desocupação e da inatividade para a ocupação, que já era baixa, se tornou ainda menor na crise atual.

## 1 Aspectos gerais

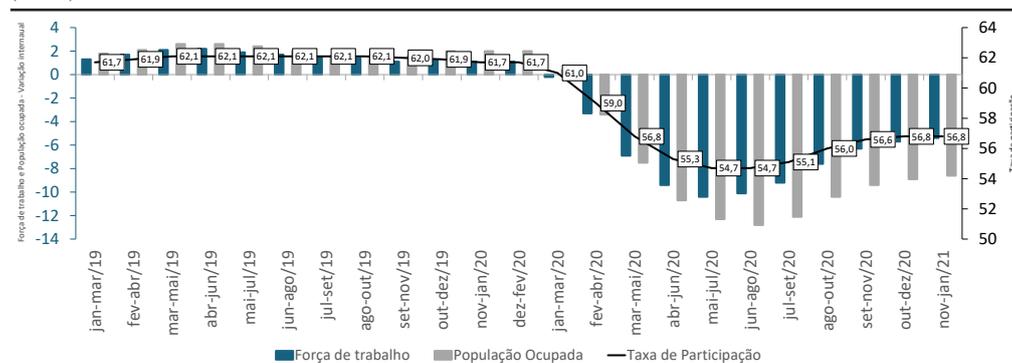
Os dados mais recentes mostram que, embora já se verifique uma leve recuperação da população ocupada (PO), as condições do mercado de trabalho brasileiro continuam deterioradas, combinando desemprego elevado com crescimento da subocupação e do desalento. A partir das estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se que, após a desagregação dos trimestres móveis, a taxa de desocupação dessazonalizada em janeiro ficou em 14,1% (gráfico 1), levemente abaixo da observada em dezembro (14,4%).

GRÁFICO 1  
Taxa de desocupação dessazonalizada  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE e Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

GRÁFICO 2  
Indicadores do mercado de trabalho  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE e Disoc/Ipea.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

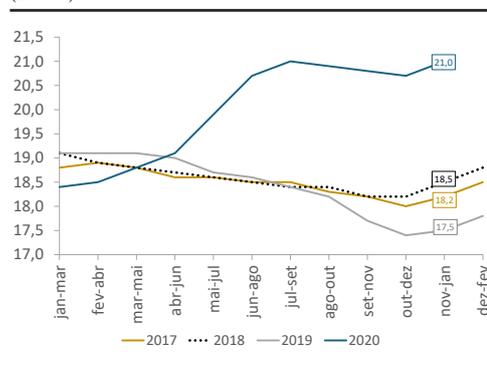
Nota-se ainda que, mesmo em patamar elevado, a taxa de desocupação vem sendo beneficiada pela retração da força de trabalho, impactada pelos efeitos da pandemia. No último trimestre móvel, encerrado em janeiro, a força de trabalho (que contempla a PO e a população que está à procura de emprego) recuou 5,4%, na comparação anual, ante uma queda de 8,6% da ocupação (gráfico 2). Ou seja, ao longo dos últimos doze meses, 5,8 milhões de pessoas saíram do mercado de trabalho e, por conseguinte, das estatísticas de desemprego. No entanto, a expectativa é

que, com a adoção de um auxílio emergencial menos abrangente, mais curto e de menor valor, conjugada à esperada aceleração da atividade econômica a partir do segundo semestre, uma parcela da população que tinha migrado para a inatividade retorne ao mercado de trabalho atrás de uma nova colocação, gerando uma expansão do contingente de desocupados e, conseqüentemente, uma elevação da taxa de desemprego. Por certo, partindo-se da hipótese de que a força de trabalho já tivesse retomado o seu ritmo de crescimento anual para níveis similares aos registrados nos meses anteriores à pandemia (1,1%), no último trimestre móvel, a taxa de desocupação apurada seria de 19,8%.

Assim como vem ocorrendo com a desocupação, as medidas de subocupação também registraram uma piora de desempenho ao longo de 2020. Após apontar uma ligeira desaceleração no segundo semestre, a taxa combinada de desemprego e subocupação voltou a aumentar no último trimestre móvel, chegando a 21% e avançando 3,6 pontos percentuais (p.p.) na comparação com o mesmo período do ano anterior (gráfico 3).

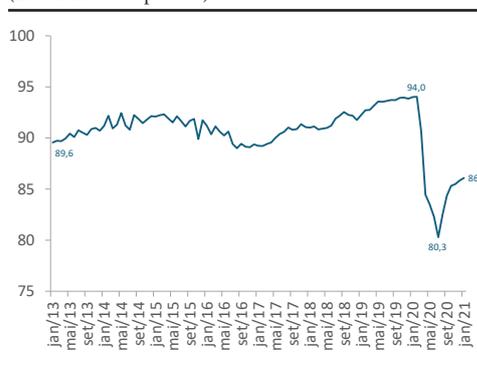
Em relação à ocupação, a PNAD Contínua mostra que, apesar do forte recuo registrado em 2020, já se verificam sinais de recuperação na margem. De acordo com os dados dessazonalizados, após atingir em julho de 2020 o menor valor da série – 80,3 milhões –, a PO voltou a crescer a partir de agosto, de modo que, em janeiro, o contingente de ocupados era de 86,1 milhões (gráfico 4).

**GRÁFICO 3**  
Taxa combinada de desocupação e subocupação (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 4**  
PNAD Contínua – PO dessazonalizada<sup>1</sup> (Em milhões de pessoas)

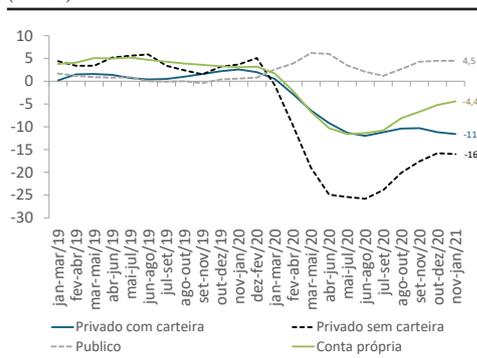


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.  
Nota<sup>1</sup>: As séries mensalizadas foram obtidas a partir da metodologia desenvolvida por HECKSHER. M. (2020) e encontram-se disponíveis no apêndice.

Uma análise mais desagregada da PO, medida pela PNAD Contínua, revela que, à exceção dos empregados no setor público, embora todos os demais grupos tenham apontado retração da ocupação em 2020, esta se deu com intensidade distinta entre os segmentos (gráfico 5). Como esperado, a maior queda se deu no subgrupo “privado sem carteira”, tendo em vista que a maior parte desses trabalhadores está inserida nos segmentos do setor de serviços – especialmente os relacionados aos serviços pessoais e de alimentação – e do comércio, justamente os mais afetados pelas medidas de isolamento social. De modo geral, observa-se que, nos últimos meses,

enquanto a ocupação dos trabalhadores por conta própria vem reduzindo o seu ritmo de queda, a PO no setor privado, tanto com carteira quanto sem carteira, interrompeu um movimento de recuperação no final do ano passado, refletindo, provavelmente, a constatação de que o controle da pandemia demoraria um pouco mais para ocorrer. No caso dos empregados no setor público, a expansão da ocupação pode estar ligada, em parte, à contratação de profissionais de saúde diante do forte aumento do número de pacientes.

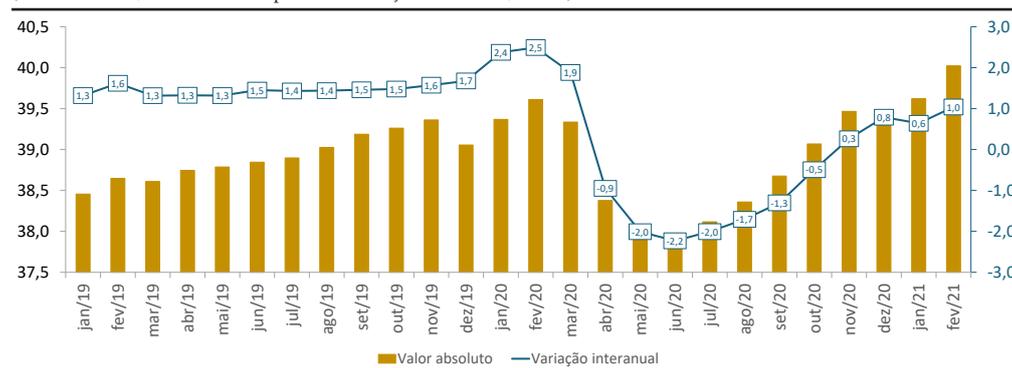
GRÁFICO 5  
PNAD Contínua – PO por vínculo empregatício (taxa de variação interanual)  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Deve-se ressaltar, entretanto, que os dados da Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, mostram um desempenho melhor do emprego formal que o retratado pela pesquisa do IBGE. De acordo com os dados do Novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Novo Caged), nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro, a economia brasileira criou aproximadamente 412 mil novos empregos com carteira assinada, com destaque para a indústria de transformação e a construção civil, que, juntas, geraram quase 300 mil vagas, mais do que compensando a perda superior a 107 mil postos no setor de serviços. Com a incorporação desse resultado, em fevereiro de 2021, o estoque de trabalhadores formais medido pelo Caged chegou a 40 milhões, avançando 1,0% na comparação com o mesmo mês do ano anterior (gráfico 6), sinalizando, por conseguinte, um cenário completamente divergente do registrado pela PNAD Contínua.<sup>2</sup>

GRÁFICO 6  
Caged – estoque de empregos formais, em valor absoluto e variação interanual  
(Valor absoluto, em milhões de pessoas e variação interanual, em %)



Fonte: Caged/Secretaria de Trabalho.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por certo, embora a diferença entre as duas pesquisas não seja algo incomum ao longo do tempo, na grande maioria das vezes, essa divergência estava muito mais

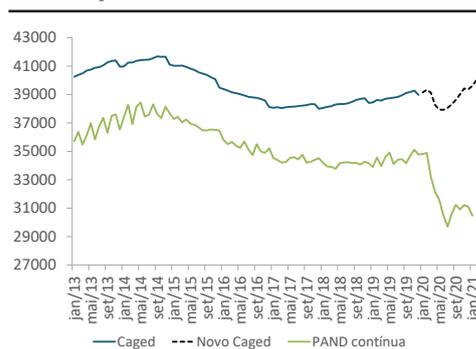
2. A nota 22 da *Carta de Conjuntura* nº 50 discute os possíveis impactos das mudanças amostrais da PNAD Contínua sobre a falta de aderência em relação aos dados de ocupações formais do Caged no período da pandemia. Disponível em: <<https://bit.ly/2QmiLkY>>.

associada ao nível que à trajetória. No entanto, a partir de 2020, houve um completo descolamento entre as curvas (gráfico 7). Após apontar uma queda da ocupação formal bem superior à sinalizada pelo Caged, no primeiro semestre do ano passado, a PNAD Contínua rapidamente reverteu uma trajetória de leve recuperação, de modo que, em janeiro de 2021, já voltou a registrar recuo no contingente de trabalhadores com carteira assinada, contrastando fortemente com o cenário delineado pelo Caged.

Deve-se ressaltar, entretanto, que essa diferença no padrão das curvas aconteceu não apenas no momento no qual a pandemia gerou uma mudança na realização das entrevistas feitas pelo IBGE – que passaram a ser realizadas por telefone em vez de presencialmente –, mas também coincidiu com a implementação da nova metodologia desenvolvida pelo Caged. Logo, a combinação desses dois fatores pode explicar parte dessa divergência recente entre as duas pesquisas. Em contrapartida, existe a possibilidade de subnotificações de demissões registradas pelo Caged, uma vez que, com a eclosão da crise e o fechamento de empresas ao longo de 2020, a comunicação desses empregos perdidos poderá ocorrer somente no momento da declaração da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), cujo prazo final foi 12 de abril 2021.

Com efeito, a partir das estatísticas extraídas da base do seguro-desemprego (SD), observa-se que, em uma perspectiva de mais longo prazo, também houve, em 2020, um descolamento entre as curvas do Caged e do SD, indicando que, em um primeiro momento, a solicitação de novos pedidos de SD acelerou proporcionalmente mais que o ritmo de demissões apontado pelo Caged (gráfico 8). Entretanto, na margem, os dados parecem sinalizar uma volta à normalidade. Após atingir 64% em julho de 2020, a parcela de solicitações de SD em relação ao contingente de demitidos registrado pelo Caged recuou para 40% em março de 2021 (gráfico 9), já bem próxima da média de 45% observada no período pré-pandemia (2012-2019). Todavia, ainda que o saldo de empregos formais gerados nos últimos doze meses possa ser efetivamente menor que o apurado pelo Caged, é pouco provável que ele seja negativo ao ponto de aproximar as pesquisas da Secretaria de Trabalho e do IBGE. Dessa forma, o aumento da discrepância em 2020 poderia refletir efeitos heterogêneos da pandemia nas diferentes metodologias utilizadas pelas duas fontes, de modo que, à medida que a pandemia for contida, as séries podem vir a convergir para trajetórias similares.

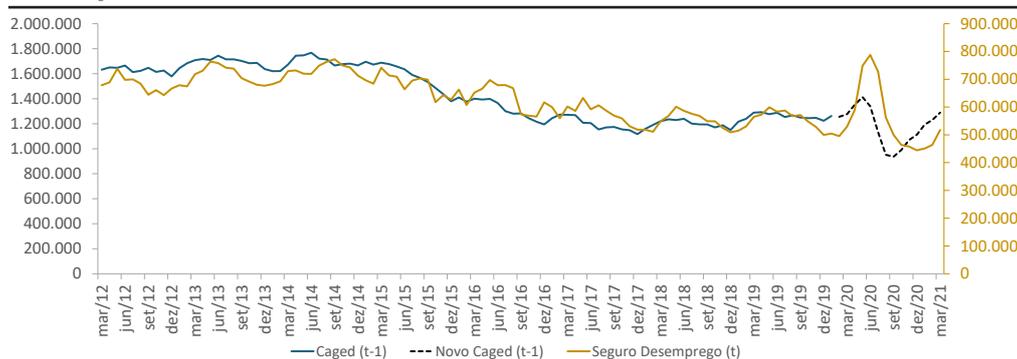
**GRÁFICO 7**  
**Estoque de trabalhadores formais – setores público e privado**  
 (Em 1 mil pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE e Caged/Secretaria de Trabalho.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8

**Caged – demissões versus SD – quantidade de requerentes**  
(Em 1 mil pessoas)

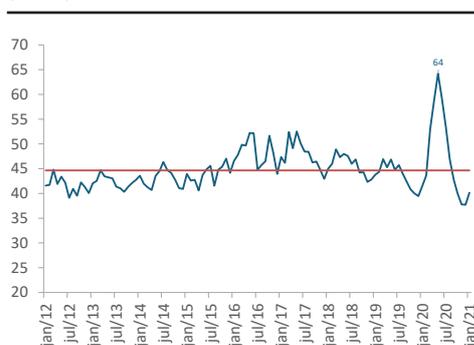


Fonte: Caged e SD/Secretaria de Trabalho.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Não obstante a melhora, ainda que frágil, do emprego formal, vários outros elementos corroboram a constatação de que o mercado de trabalho segue bem deteriorado, proporcionando aumentos sucessivos no número de desalentados<sup>3</sup> em relação à Pesquisa Industrial Anual (PIA) (gráfico 10). No último trimestre móvel, quase 6 milhões de pessoas em idade de trabalhar – 3,3% da PIA – estavam fora da força de trabalho por conta do desalento. A partir dos microdados de transição, é possível identificar que esse incremento do desalento ocorreu pela elevação tanto do fluxo de saída de desempregados em direção à inatividade quanto do fluxo de indivíduos que saíram direto da condição de ocupados para a de inativos, sem nem passar pela desocupação, por motivos ligados ao desalento (gráfico 11).

GRÁFICO 9

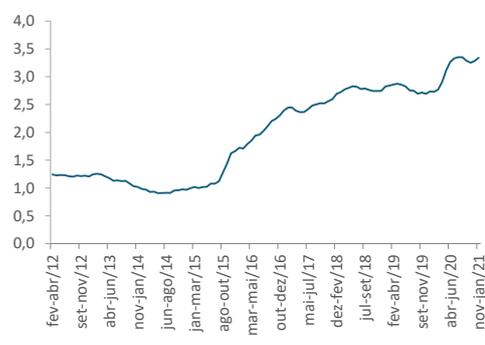
**SD – quantidade de requerentes como proporção das demissões do Caged**  
(Em %)



Fonte: Caged e SD/Secretaria de Trabalho.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 10

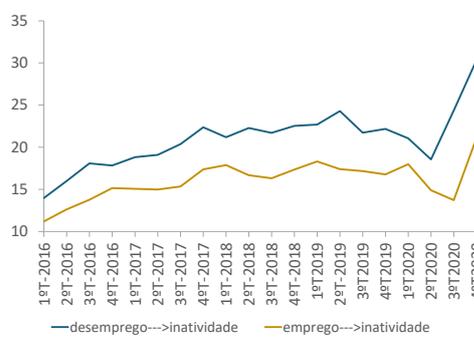
**Proporção de desalentados em relação à PIA**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 11

**Transição de desalentados**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3. Tal como o IBGE, consideramos como motivos associados ao desalento as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) ser considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

## 2 Análise dos dados desagregados



Os dados desagregados da PNAD Contínua trimestral, descritos na tabela 1, mostram que, no último trimestre de 2020, na comparação interanual, o desemprego avançou em todos os segmentos pesquisados.

O recorte regional mostra que, embora a desocupação tenha crescido em todo o território nacional, as regiões Nordeste e Sudeste foram as que registraram o maior incremento. No Nordeste, o desemprego passou de 13,6% para 17,2%, impactado, principalmente, por Alagoas e Pernambuco, cujas taxas aceleraram de 13,6% e 14,0% para 20% e 19%, respectivamente. No Sudeste, o avanço de 11,4% para 14,8% teve como principal fator de contribuição o aumento do desemprego no Rio de Janeiro, com taxa de 19,4%, ou seja, 5,7 p.p. acima da taxa observada em 2019. No caso das regiões metropolitanas e não metropolitanas, a PNAD Contínua mostra que houve alta do desemprego nos dois grupos, de modo que as taxas de desocupação passaram de 12,5% e 9,7% em 2019 para 16,8% e 11,7% em 2020.

TABELA 1  
Taxa de desemprego  
(Em %)

	2018				2019				2020			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Brasil	13,1	12,4	11,9	11,6	12,7	12,0	11,8	11,0	12,2	13,3	14,6	13,9
Centro Oeste	10,5	9,5	8,9	8,5	10,8	10,3	10,2	9,3	10,6	12,5	12,7	11,8
Nordeste	15,9	14,8	14,4	14,4	15,3	14,6	14,4	13,6	15,6	16,1	17,9	17,2
Norte	12,7	12,1	11,5	11,7	13,1	11,8	11,7	10,6	11,9	11,8	13,1	12,4
Sudeste	13,8	13,2	12,5	12,1	13,2	12,4	11,9	11,4	12,4	13,9	15,4	14,8
Sul	8,4	8,2	7,9	7,3	8,1	8,0	8,1	6,8	7,5	8,9	9,4	8,2
Masculino	11,6	11,0	10,5	10,1	10,9	10,3	10,0	9,2	10,4	12,0	12,8	11,9
Feminino	15,0	14,2	13,6	13,5	14,9	14,1	13,9	13,1	14,5	14,9	16,8	16,4
18 a 24 anos	28,1	26,6	25,8	25,2	27,3	25,8	25,7	23,8	27,1	29,7	31,4	29,8
25 a 39 anos	11,9	11,5	11,0	10,7	11,9	11,1	10,8	10,3	11,2	12,9	14,2	13,9
40 a 59 anos	7,8	7,5	6,9	6,9	7,5	7,2	7,1	6,6	7,5	8,7	9,9	9,0
Mais de 60 anos	4,6	4,4	4,5	4,0	4,5	4,8	4,6	4,2	4,4	4,8	5,1	5,0
Não de Chefe Família	17,2	16,3	15,6	15,3	16,6	15,5	15,1	14,0	15,4	16,5	18,0	17,4
Chefe de Família	8,1	7,8	7,3	7,1	7,9	7,7	7,6	7,2	8,2	9,4	10,3	9,5
Fundamental Incompleto	12,0	11,4	11,0	11,0	11,3	10,9	11,1	10,4	11,1	12,9	14,0	13,0
Fundamental Completo	14,8	13,8	13,5	13,5	13,9	13,9	13,8	12,3	13,8	15,8	16,9	16,0
Médio Incompleto	22,0	21,1	20,9	19,7	22,1	20,5	20,6	18,5	20,4	22,4	24,3	23,7
Médio Completo	14,9	14,0	13,2	12,8	14,6	13,6	12,9	12,2	14,1	15,3	17,0	16,1
Superior	8,7	8,4	7,8	7,5	8,6	8,1	7,7	7,3	8,2	8,6	9,3	9,2
Região Metropolitana	14,7	14,4	13,8	13,3	14,3	13,8	13,4	12,5	13,8	15,7	17,4	16,8
Não Região Metropolitana	11,9	10,9	10,4	10,3	11,5	10,6	10,5	9,7	11,0	11,5	12,4	11,7

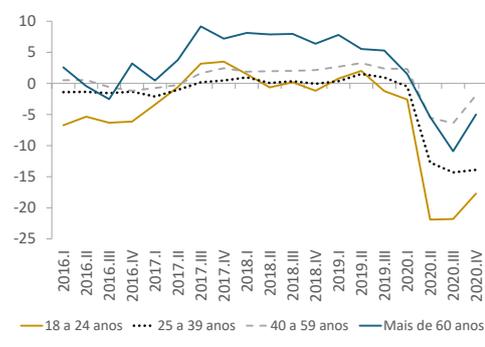
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A abertura por gênero mostra que a alta do desemprego de 2,7 p.p. para os homens e de 3,3 p.p. para as mulheres, entre 2019 e 2020, amplia a diferença entre a taxa de

desemprego para o sexo feminino (16,4%) relativamente à dos homens (11,9%). Em relação à posição familiar, os dados revelam que a taxa de desemprego entre os não chefes de família avançou mais (de 14,0% para 17,4%) que a dos chefes de família (que aumentou de 7,2% para 9,5%).

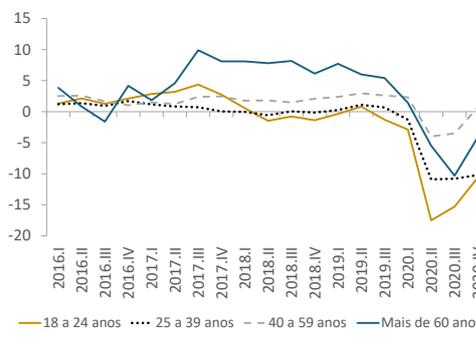
A desagregação por faixa etária mostra que, embora a taxa de desocupação mais elevada continue sendo a do grupo mais jovem (29,8%), em termos relativos, na comparação interanual, os maiores incrementos no desemprego, no quarto trimestre de 2020, foram verificados nos segmentos de 25 a 39 anos (13,9% ante 10,3%) e de 40 a 59 anos (9,0% ante 6,6%). Nota-se ainda que, mais uma vez, a desemprego dos mais idosos não só apresenta o menor nível (5,0%) como foi o que menos avançou (0,8 p.p.). A análise dos fatores determinantes desse comportamento da desocupação entre as faixas etárias (gráficos 12 e 13) revela que, à exceção do grupo com idade ente 40 e 59 anos, cuja força de trabalho registrou leve alta de 0,7% no último trimestre, todos os demais segmentos apontaram retração da população economicamente ativa (PEA), com destaque para os mais jovens (-10,6%) e para os que têm entre 25 e 39 anos (-10,2%). De modo similar, as quedas na ocupação foram apontadas nos grupos de 18 a 24 anos (-17,7%) e de 25 a 39 anos (-13,9%). Em relação ao segmento de maior faixa etária, os dados mostram um recuo de 5,0% da PO, levemente superior ao apontado pela força de trabalho (-4,1%).

**GRÁFICO 12**  
População Ocupada - por faixa etária  
(Variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 13**  
População Economicamente Ativa - por faixa etária  
(Variação interanual, em %)

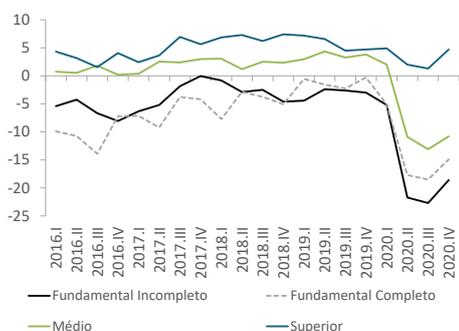


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, o recorte por grau de escolaridade sinaliza um aumento da desocupação em todos os níveis educacionais, com destaque negativo para os segmentos dos trabalhadores com ensino médio incompleto e completo, cujas taxas saltaram de 18,5% e 12,2% para 23,7% e 16,1%, respectivamente, na comparação entre o mesmo período de 2019 e 2020. No caso dos trabalhadores com ensino superior, nota-se que, apesar da alta de 1,9 p.p. em 2020, esse grupo ainda apresenta uma taxa de desocupação bem menos elevada (9,2%), relativamente às demais faixas de escolaridade. Por certo, chama a atenção que, mesmo diante da forte crise que se abateu no mercado de trabalho, a ocupação dos trabalhadores com maior nível educacional continua se expandindo (gráfico 14). No quarto trimestre de 2020, o

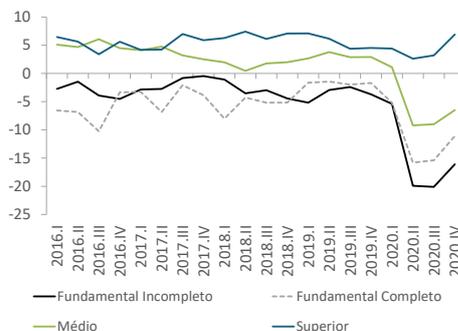
contingente de ocupados com ensino superior apontou crescimento de 4,7% na comparação com 2019, cujos efeitos sobre a desocupação, entretanto, foram anulados por uma expansão ainda maior (6,9%) da sua força de trabalho (gráfico 15).

**GRÁFICO 14**  
**População Ocupada - por grau de instrução**  
(Variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 15**  
**População Economicamente Ativa - por grau de instrução**  
(Variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Emprego setorial

De acordo com a tabela 2, é possível perceber que, embora o impacto da pandemia na contração da ocupação tenha ocorrido em praticamente todos os setores, foi bem mais intenso nos segmentos dos serviços, especialmente em alojamento e alimentação e serviços domésticos. No primeiro caso, a queda de 28% no quarto trimestre reflete a paralisação quase total dessas atividades, desde março de 2020, dadas as medidas adotadas de isolamento social. No segundo caso, o aumento do trabalho remoto e a perda de renda das famílias geraram um movimento de dispensa dos trabalhadores domésticos, cujo contingente recuou 23%. Em contrapartida, os setores agropecuário e de administração pública já apresentam expansão da ocupação, refletindo o bom desempenho do recente agronegócio e o aumento das contratações de profissionais de saúde, respectivamente.

**TABELA 2**  
**PO por setores – variação interanual**  
(Em %)

	2018.IV	2019.I	2019.II	2019.III	2019.IV	2020.I	2020.II	2020.III	2020.IV
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0,0	0,1	2,8	-2,0	-0,7	-1,9	-7,8	-2,7	2,7
Indústria geral	-1,1	0,7	1,0	1,8	3,3	1,5	-10,5	-12,2	-10,3
Indústria de transformação	-1,1	0,9	0,8	1,3	3,0	1,1	-11,1	-11,9	-8,8
Construção	-1,7	-0,3	0,9	1,3	0,2	-2,1	-19,4	-16,6	-11,8
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-0,4	0,7	1,1	0,9	1,5	-0,9	-13,0	-13,5	-10,9
Transporte, armazenagem e correio	4,5	4,4	4,8	6,1	3,1	1,7	-10,7	-15,5	-12,8
Alojamento e alimentação	2,8	3,1	4,4	2,2	5,2	-1,3	-26,0	-29,9	-27,7
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2,2	4,1	6,2	4,0	2,1	1,5	-4,2	-6,5	-1,2
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3,6	3,2	2,4	1,4	1,3	3,4	2,1	-1,9	0,7
Outro serviço	5,6	3,8	5,6	1,7	4,5	2,1	-17,5	-20,8	-18,5
Serviço doméstico	-2,1	-1,3	1,3	1,4	2,1	-2,2	-24,7	-26,5	-22,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Deve-se registrar, no entanto, que, embora ainda apresentem retração da PO, os setores industriais, da construção civil, do comércio e dos serviços de informação, comunicação e atividades financeiras e imobiliárias vêm desacelerando a retração da ocupação, sinalizando uma leve melhora do dinamismo do mercado de trabalho.

Na desagregação da PO por setor e tipo de vínculo, observa-se que, no quarto trimestre de 2020, houve uma retração mais significativa do emprego informal (sem carteira), principalmente nos segmentos da extrativa mineral, dos serviços de utilidade pública e de transportes (tabela 3). Nota-se que a extrativa mineral e os serviços de utilidade pública também foram os setores que apresentam maior retração no contingente de trabalhadores por conta própria, além do segmento de alojamento e alimentação. Já as maiores quedas do emprego com carteira estão nos setores de serviços pessoais, alojamento e alimentação e domésticos.

TABELA 3  
PO por setores e posição na ocupação – variação interanual (4º trim./2020)  
(Em %)

	Com Carteira	Sem Carteira	Conta-Própria
Total	-8,0	-14,3	-5,2
Agricultura	-9,2	-3,4	12,9
Indústria Transformação	-7,7	-18,2	-5,8
Indústria Extrativa	-5,9	-43,2	-52,3
SIUP	-17,1	-21,1	-67,1
Construção Civil	-13,7	-11,8	-11,0
Comércio	-11,2	-15,2	-8,4
Informática, Financeira, Serviços a empresas	-4,8	-4,1	10,2
Transporte	-13,3	-27,5	-7,1
Serviços Pessoais	-30,6	-16,7	-14,2
Adm. Pública	5,7	-6,3	-
Saúde e Educação	2,6	-14,3	5,6
Alojamento e Alimentação	-38,8	-22,3	-19,1
Serviços Domésticos	-27,6	-20,2	-

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Deve-se pontuar, no entanto, que a análise setorial feita com base nos dados do Caged – restrita apenas ao setor formal – mostra um desempenho bem mais favorável entre vários segmentos da economia. Segundo o gráfico 16, observa-se que, nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro, treze dos dezenove setores destacados apresentaram uma expansão da sua PO por meio da criação de novos postos de trabalho. Em termos absolutos, os setores que mais geraram vagas foram indústria de transformação; serviços administrativos e complementares; saúde e serviços sociais; e construção civil.

Com a incorporação desses resultados, em fevereiro de 2021, o estoque de trabalhadores celetistas medido pelo Caged cresceu, na comparação interanual, em dezesseis setores, com destaque para a construção, a agropecuária, os serviços de saúde e domésticos, com taxa de expansão da ordem de 6,0% (gráfico 17).

GRÁFICO 16

Caged: saldo de empregos formais, por setor (mar./2020-fev./2021)

(Em 1 mil unidades)

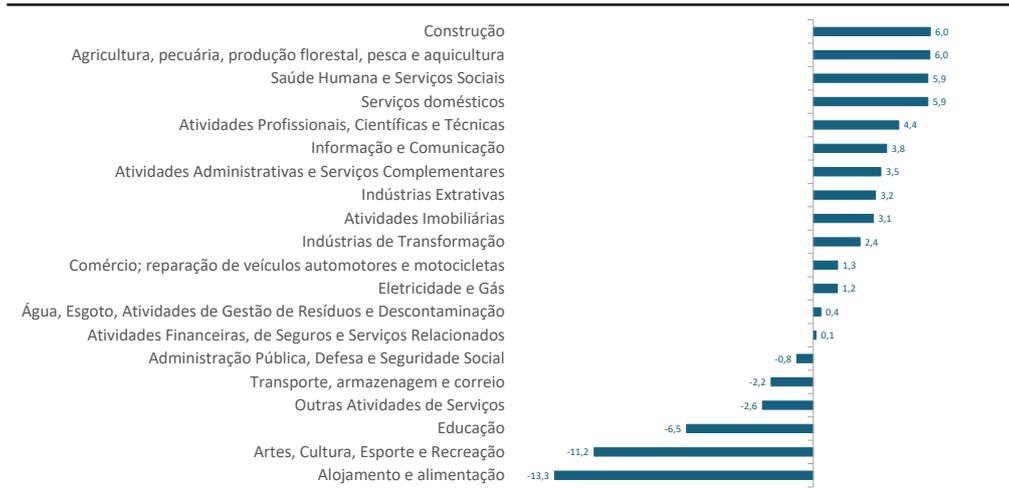


Fonte: Caged/Secretaria de Trabalho.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 17

Caged: variação interanual do estoque de trabalhadores celetistas, por setor (fev./2021)

(Em %)



Fonte: Caged/Secretaria de Trabalho.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## BOX 1

### O impacto da pandemia no mercado de trabalho a partir da análise dos microdados de transição da PNAD Contínua

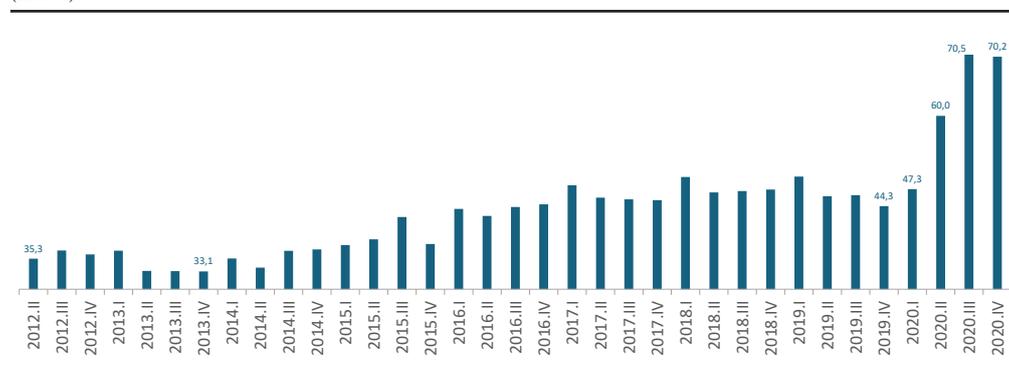
Desde maio de 2020, com a divulgação das PNADs Covid-19, os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho já indicavam uma expressiva retração da ocupação, cuja pressão sobre a taxa de desemprego só não foi mais significativa em razão do recuo da força de trabalho. Posteriormente, à medida que os dados das PNADs



Contínuas foram disponibilizados, esse cenário de forte deterioração, que conjuga desemprego elevado e aumento da subocupação e do desalento, foi se tornando cada vez mais evidente. Entretanto, a partir da análise dos microdados de transição da PNAD Contínua, é possível verificar que, embora a pandemia tenha impactado todos os conjuntos de trabalhadores, esta crise acabou potencializando as diferenças existentes no mercado de trabalho.

De acordo com os microdados de transição da PNAD Contínua, observa-se que, como o esperado, os primeiros impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho ocorreram no segundo trimestre de 2020, momento no qual se verificou o maior aumento na proporção de indivíduos que se mantiveram desempregados, além da redução da parcela de trabalhadores que conseguiram se manter ocupados. O gráfico 1 revela que, no primeiro trimestre de 2020, 47,3% dos desempregados no país já estavam nessa situação no quarto trimestre de 2019. No segundo trimestre de 2020, no entanto, essa proporção saltou para 60,0%, acelerando para patamar superior a 70% nos dois trimestres subsequentes, indicando que, à medida que o trabalhador se tornava desempregado, a probabilidade de ele conseguir uma recolocação foi ficando cada vez menor.

**GRÁFICO 1**  
**Proporção de desocupados que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos**  
 (Em %)



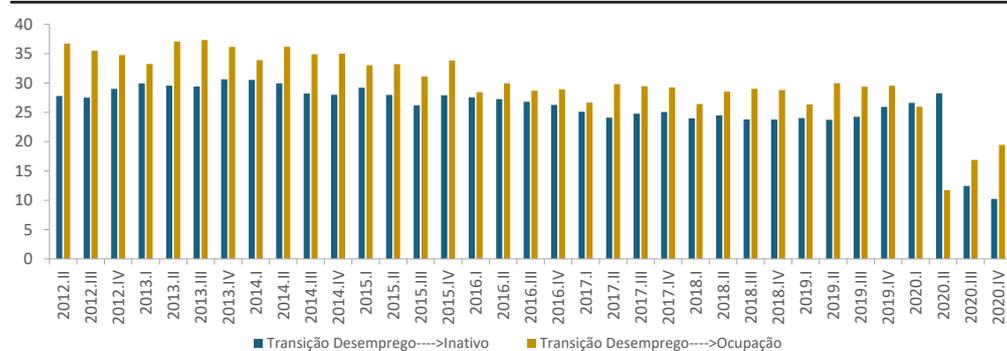
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Adicionalmente à desagregação dos fluxos de saída do desemprego, observa-se que, no segundo trimestre de 2020, a maior parte dos indivíduos que deixaram de ser desocupados durante a pandemia não mudou sua condição por conta da obtenção de uma nova vaga, o que levaria à ocupação, mas sim porque desistiu de procurar emprego, indo para a inatividade (gráfico 2). Note-se ainda que, nos dois trimestres seguintes, embora a parcela de desocupados que transitaram para a ocupação tenha aumentado e superado a daqueles que foram para a inatividade, esses dois fluxos

se encontram bem abaixo da média histórica, o que ratifica a constatação de que a população tem permanecido mais tempo no desemprego.



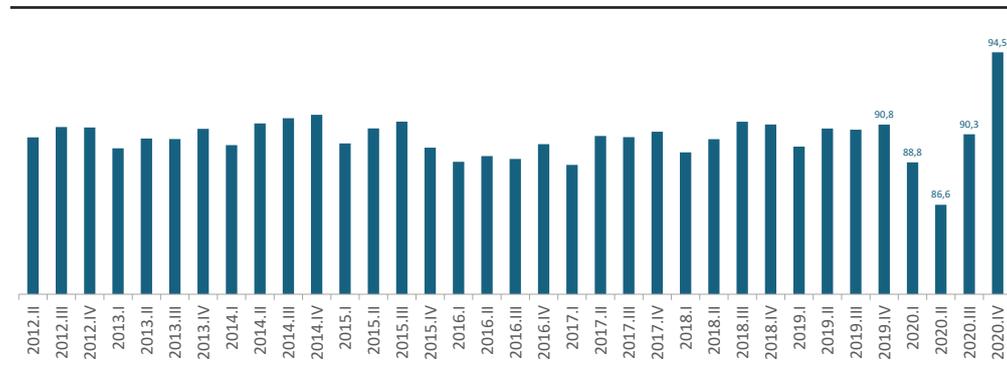
**GRÁFICO 2**  
**Fluxos de saída da desocupação**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A análise dos fluxos de ocupação também retrata o forte impacto da pandemia no mercado de trabalho no segundo semestre de 2020, momento no qual a proporção de ocupados que se mantiveram nessa condição atingiu o seu menor nível desde o início da série (gráfico 3). A partir do terceiro trimestre, entretanto, identifica-se não só a reversão dessa queda, mas também o aumento significativo, especialmente no quarto trimestre, da parcela de trabalhadores que permaneceram na ocupação, sinalizando que, para o contingente de trabalhadores que conseguiram se manter ocupados durante o pior momento da pandemia, em 2020, a probabilidade de perder o seu emprego nos trimestres seguintes foi bem menor.

**GRÁFICO 3**  
**Proporção de ocupados que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos**  
(Em %)

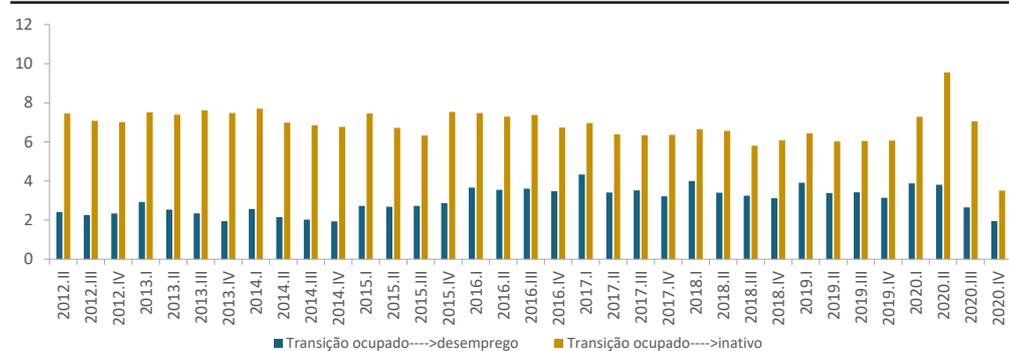


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

De modo similar ao verificado na desocupação, os fluxos de ocupação também apontam um aumento significativo na parcela de ocupados que migraram para a

inatividade, principalmente no início da pandemia (gráfico 4). Embora nos trimestres seguintes essa parcela de indivíduos que migraram para a inatividade, tanto oriundos da ocupação quanto da desocupação, tenha diminuído, o efeito da pandemia na contração da força de trabalho ainda está longe de ser dissipado. De fato, se na média, até o primeiro trimestre de 2020, a taxa de permanência na inatividade era de 86,2%; após a pandemia, saltou para patamar superior a 90% (gráfico 5). Ou seja, se em um primeiro momento a crise causada pelo coronavírus levou muitos trabalhadores para a inatividade, nos períodos subsequentes o prolongamento desse cenário de deterioração vem dificultando o retorno de grande parte desses indivíduos para o mercado de trabalho.

**GRÁFICO 4**  
**Fluxos de saída da ocupação**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) /Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Proporção de inativos que se mantiveram nesta situação em pelo menos dois trimestres consecutivos**  
(Em %)



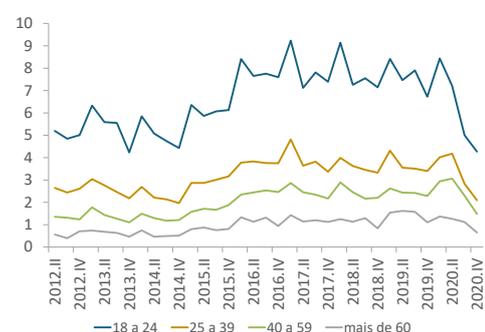
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, a desagregação dos microdados de transição por idade e por escolaridade mostra que, embora a atual crise não tenha alterado a trajetória dos principais fluxos de transição, a recente piora nas condições do mercado de trabalho aprofundou

ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos jovens e pelos indivíduos de menor escolaridade. Com efeito, os dados mostram que, entre todos os ocupados que transitam para o desemprego, essa parcela é proporcionalmente maior nos grupos de trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos (gráfico 6) e com ensino médio incompleto (gráfico 7).

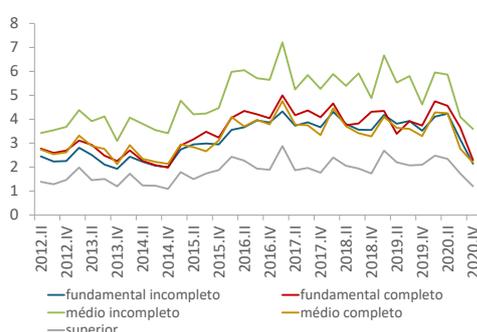
No caso do fluxo da ocupação para a inatividade, o desempenho dos mais jovens chama ainda mais atenção, tendo em vista que esse grupo é o segundo a apontar a maior parcela de indivíduos que saem do mercado de trabalho, só sendo superado pelo segmento dos mais idosos, cuja migração, na maioria das vezes, está ligada à aposentadoria (gráfico 8). Na abertura por escolaridade, a maior proporção de indivíduos que transitam da ocupação para a inatividade encontra-se na faixa de trabalhadores com ensino fundamental incompleto. Nota-se ainda que o conjunto de trabalhadores com ensino superior é o que apresenta as menores probabilidades de sair da ocupação para o desemprego e para a inatividade.

**GRÁFICO 6**  
Transição da ocupação para desemprego - por idade (Em %)



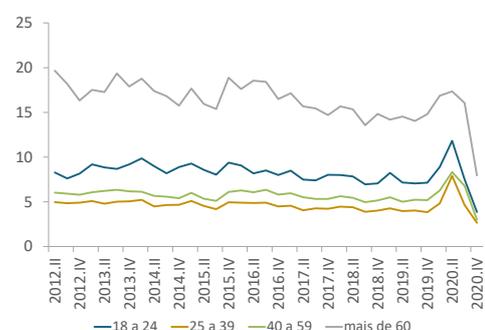
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 7**  
Transição da ocupação para desemprego - por escolaridade (Em %)



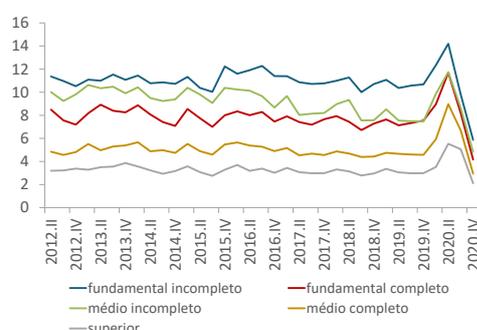
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 8**  
Transição da ocupação para a inatividade - por idade (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 9**  
Transição da ocupação para a inatividade - por escolaridade (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

#### **Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)



#### **Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Fábio Servo  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marcelo Nonnenberg  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Paulo Mansur Levy  
Sandro Sacchet de Carvalho

#### **Equipe de Assistentes:**

Ana Cecília Kreter  
Andreza Aparecida Palma  
Augusto Lopes dos Santos Borges  
Bruna Naiara de Castro  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Felipe dos Santos Martins  
Felipe Moraes Cornelio  
Felipe Simplicio Ferreira  
Leonardo Simão Lago Alvite  
Marcelo Lima de Moraes  
Mateus de Azevedo Araujo  
Pedro Mendes Garcia  
Rafael Pastre  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.